



Sessão temática: Política Social e Serviço Social.

Mesa coordenada Território e proteção social básica nas cidades.

TERRITÓRIO, TRABALHO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: ALGUNS APORTES SOBRE A REALIDADE DA CIDADE DE CURITIBA (PR)

RODRIGO APARECIDO DINIZ¹

Resumo: O presente artigo busca refletir e divulgar parte dos achados no processo de trabalho de formação e análise territorial realizada com trabalhadores da Política de Assistência Social da cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, entre o período de junho de 2015 e maio de 2016. Esse estudo se balizou na compreensão do território, a partir de suas dimensões históricas, culturais, econômicas, sociais e políticas. Soma-se a essa análise as discussões que permeiam o trabalho social, permitindo diálogo aproximativo com as experiências dos trabalhos sociais realizados no âmbito da Assistência Social em Curitiba.

Palavras-chaves: Território; Trabalho Social; Assistência Social.

Abstract: The present article seeks to reflect and divulge some of the findings in the process of territorial training and analysis carried out with workers of the Social Assistance Policy of the city of Curitiba, in the State of Paraná, between June 2015 and May 2016. This study was based on the understanding of the territory, from its historical, cultural, economic, social and political dimensions. The discussions that permeate the social work, allowing an approximate dialogue with the experiences of the social work carried out in the ambit of the Social Assistance in Curitiba, are added to this analysis.

Keywords: Territory; Social Work; Social Assistance.

1 INTRODUÇÃO

“Será assim viajar? Se jogar no vazio sem a certeza da aterrissagem? Esta cidade sempre me chama, e eu estou de volta!” (BATISTA, 2014, p.21).

Entender o território como elemento fundante de uma política pública requer ajustar o foco do olhar para a realidade social, sobretudo, quando a tentativa é apreender as dinâmicas socioterritoriais como base para a realização do trabalho social na política de assistência social. Essa tarefa não pode e não está deslocada do seio das contradições inerentes ao processo de apreensão das mediações e complexidades que envolvem a assistência social

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

como uma das políticas de promoção e garantia de proteção social aos cidadãos.

É preciso saber que a política de assistência social, por meio de seu conjunto normativo: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Norma Operacional Básica – NOB, centralizam o território como “chão” de sua edificação na regulação e proteção social.

A centralidade do território como chão da política de assistência social se conecta também aos valores que norteiam a descentralização político-administrativa do Estado, constituindo-se no bojo das novas concepções políticas do Estado no âmbito da proximidade com os sujeitos e seus locais de vivência.

É no lugar territorial, no chão das relações sociais, que a vida se produz e se reproduz, onde é possível perceber as capacidades protetivas, as mediações arquitetadas para a vivência e sobrevivência. É o espaço de ocorrência das vulnerabilidades, ameaças, violência, potencialidades, processos de ajuda, sociabilidades e outras múltiplas expressões das relações humanas e sociais.

É com esse mote analítico que o território ocupa espaço estratégico na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, porque força seus atores a conhecer a realidade, as dinâmicas socioespaciais e demográficas. Permite a leitura da presença e incidência de situações de vulnerabilidades, percepção dos traços das vivências produzidas, das mediações políticas, sociais, culturais, econômicas e relacionais produzidas no chão da vida, seja, no contexto urbano das metrópoles, das grandes, médias e pequenas cidades ou na realidade rural, ribeirinha e das comunidades tradicionais dos lugares mais recôncavos do país.

A leitura, análise e compreensão sobre as dobraduras e porosidades do território são essenciais para o planejamento e intervenção do trabalho social, na proposição da garantia e acesso aos direitos socioassistenciais.

É através dessa perspectiva que o presente artigo buscará refletir os nexos e sentidos entre assistência social e territórios. O processo de reflexão teve como mote a ação de capacitação “Atualização em Provimento de Serviços e Benefícios com Ênfase no Programa Curitiba Mais Humana”, a partir das complexidades do território na perspectiva do trabalho social e

implementação do Programa Curitiba Mais Humana entre os meses de julho de 2015 a maio de 2016.

2 A REALIDADE DO COTIDIANO: AS TRAMAS DO TRABALHO SOCIAL EM CURITIBA

A realidade cotidiana das unidades estatais de proteção social, serviços e equipamentos da assistência social de Curitiba se mostram diversas em formas e alcance, observando seus diferentes níveis de proteção e atuação, e também pela flexibilidade inerente ao trabalho social nos territórios.

É necessário apontar que as discussões recentes sobre trabalho social assinalam para algumas pistas em relação à concepção mais ampla de seu planejamento, execução e intervenção, movimentando a oportunidade de junções de saberes e interconexão entre os diferentes níveis, segmentos e áreas de proteção social. É evidente que esse caminho permite a reflexão sobre pistas e achados, mas não se estabelece fechado com um periódico de instruções, ou um arcabouço de modos e formas de fazer.

Nesse sentido, o trabalho social se apresenta em textos (indicações teóricas e reflexivas) e contextos (movimento do trabalho na vida prática e cotidiana) que se intercambiam, alimentam-se reciprocamente em um processo constante e inacabado. Modo, esse, marcado por experimentações, iniciativas do fazer, sustentadas por diversas concepções, valores, intencionalidades, em um campo mediativo de disputas.

A realidade do trabalho social na política de assistência social se mostra nesse fronte de possibilidades; no chão das travessias, no processo de adensamento e amadurecimento na suas formas de planejamento, execução e gestão. Não há caminhos absolutos, não há forma concreta e metodologias prontas que se podem aplicar em todos os contextos, até porque a realidade dos territórios é demasiadamente complexa e distinta, e invalidaria qualquer pretensão de modelos rígidos.

A política de assistência social, na cena contemporânea, por compor a seguridade social sofre com ataques seja no seu financiamento ou com novos arranjos de programas e projetos que se vinculam a práticas imediatistas e conservadoras que passam a compor a territorialidade dessa política de proteção social. Temos em curso conflitos entre as concepções, diretrizes e

valores demarcados por seu arcabouço legal e normativo que necessitam ganhar materialidade, concreticidade nas diferentes conjunturas das regiões e cidades do país e os atuais ataques cotidianos pelo pragmatismo das gestões, que exercem projetos de sociedade que estão na esteira dos valores de mercado, que movimentam a negação de direitos e proteção social.

O tempo presente se faz na interlocução entre as diretrizes, saberes, contradições, lutas, práticas e formas de atuação no âmbito da política de assistência social, numa arena complexa de disputa e tensão social.

Assim, as experiências ganham centralidade e importância para a compreensão e análise da realidade cotidiana das práticas sociais operada por essa política. Abrem a possibilidade de apreensão das particularidades do real, de como o chão da vida tem se estabelecido e movimentado.

A compreensão da experiência como elemento mediativo das relações sociais de classe se mostra um fio condutor para a compreensão das realidades sociais, territoriais e relacionais, pois é através da experiência que se revelam as práticas sociais, as formas e modos de vida dos homens na relação com seu tempo, história, cultura e conjuntura política.

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. (THOMPSON, 1981, p. 17).

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo (THOMPSON, 1981p.82).

A experiência é essencial ao processo de conhecimento, de reflexão sobre a realidade. Possibilita que se possa considerar a cultura como processo que movimenta e permite a realização da experiência humana. No contexto aqui abordado, entende-se que a experiência da prática do trabalho social pode revelar os conteúdos de concepções de direitos, a forma como as diretrizes, valores pautados pela política de assistência social se materializam no solo do cotidiano, no modo como seus agentes a concretizam.

O contexto, o elo do trabalho e alguns achados analíticos

Para a atividade prática da ação de capacitação, foi criado um instrumental disparador do estudo, que teve como base alguns fragmentos textuais, que possibilitaram o resgate de conteúdos trabalhados nos encontros regionais, abordando a conceituação sobre território em seu sentido relacional e vivencial, territorialidades, sociabilidades, tessituras urbanas e trabalho social.

Seguindo essas frentes, o desenvolvimento da atividade se dividiu em momentos de leitura coletiva e discussão sobre os fragmentos textuais, análise e discussão sobre o diagnóstico socioterritorial de cada unidade, elaborado em 2014 pelos serviços em parceria com a equipe de vigilância socioassistencial da Fundação de Assistência Social de Curitiba. Na oportunidade de revisitação destes diagnósticos, os trabalhadores puderam analisar as dinâmicas, fenômenos sociais apontados nos documentos e refletir se há conexão entre os dados e as vivenciais do trabalho social.

Além da revisitação ao diagnóstico socioterritorial, cada unidade também reviu seu plano de trabalho ou planejamento do ano de 2015, observando aí a interconexão entre a proposta de trabalho e sua experiência no território, destacando a discussão e identificação dos percursos e mobilidades da população e dos atores institucionais; os vínculos e relações de pertencimento existentes nos seus lugares de atuação; as relações de poder e seus desdobramentos no trabalho e nas formas de ação das unidades; os modos de proteção social que se presentificam no território; a participação da população nos mecanismos de planejamento, desenvolvimento das atividades e serviços.

Esse exercício possibilitou que os trabalhadores pudessem refletir e identificar a partir do trabalho realizado e as matizes da oferta de proteção social posta pela PNAS, pensando coletivamente sobre as demandas e suas diversidades, formas de acesso ao serviço, tipo de estratégia do trabalho social desenvolvido ou a ser alcançado, seguranças ofertadas (autonomia, acolhida, convivência), aquisições do usuário e do território a partir das ações construídas em cada serviço.

As reflexões e contribuições levantadas pelas unidades que responderam ao estudo permitiram categorizar as reflexões das equipes de trabalho em cinco grandes blocos de análise sobre o trabalho social (Percursos e Mobilidades, Vínculos e Pertencimento, Relações de Poder, Proteção Social

e Participação), mas elegemos para esse artigo apenas três deles, sendo: Percursos e Mobilidades, Relações de Poder e Proteção Social.

A análise dos trabalhos se deu a partir dos níveis de proteção social básica e especial, o que permitiu entender as necessidades e particularidades de cada nível de proteção, como também foi possível apreender os pontos de conexão e interlocução entre os trabalhos de ambas as proteções sociais à nível territorial da cidade.

Percursos e Mobilidades

Sobre os percursos e mobilidades, foi possível perceber através de respostas qualitativas do estudo, que os serviços tanto da proteção social básica como os de proteção social especial identificam que suas áreas de atuação e referência são extensas, e que em muitas localidades os usuários encontram dificuldade em acessar os serviços. Essa realidade se revela, sobretudo, nos contextos de CRAS e CREAS.

A distância entre os serviços e a população se mostra por meio da localização física dos equipamentos, que em muitos casos estão distantes das áreas mais desprotegidas do território. Outros agravantes são aspectos geográficos e arquitetônicos que enviesam a chegada da população aos serviços, como territórios que são cortados por rodovias, estradas que literalmente impedem as possibilidades e os circuitos da população no acesso aos direitos socioassistenciais.

Como é o caso da rodovia que interfere no atendimento à população atendida pela Regional CIC, situação essa vivenciada pelos CRAS e CREAS dessa regional, que convivem com a barreira geográfica e arquitetônica da rodovia do “Contorno Sul”. A grandiosidade territorial para o referenciamento também é algo concreto e que merece atenção nas diversas regiões da cidade. Destaca-se, como exemplo, o CRAS Iguape Cidadania, que tem de referenciar uma grande área de extensão territorial, o que impossibilita a capilaridade de atenção efetiva as demandas territoriais. Essa situação também é vivenciada pelo CRAS Pompéia.

Ainda sobre percursos e mobilidades, foi possível identificar que os serviços pouco detêm de análise apurada sobre os fluxos e percursos de sobrevivência da população que atendem. Os registros realizados pelos trabalhadores revelam que os serviços de assistência social ainda não percebem, de modo nítido, os movimentos e circuitos da população nos territórios, sendo esse um ponto importante a ser considerado para a análise territorial e protetiva das unidades e que merece atenção no que tange ao diagnóstico e percepção territorial. A equipe do CRAS Laguna destaca:

Percebemos que por ser um território afastado dos grandes centros há predominância de trabalho informal realizado nas proximidades, e até mesmo os que trabalham formalmente possuem registros em empresas e indústrias de outras regiões... O acesso aos serviços das políticas públicas se dá através de alguns no território, encontrando dificuldades para acessar demais serviços que não tenham unidades no território. Não conseguimos ter clareza dos circuitos (trabalho/moradia/serviços) e das dinâmicas e atividades de vida cotidiana das famílias (relato da equipe de trabalhadores do CRAS Laguna, agosto de 2015).

Os registros dos trabalhadores revelam que os serviços de assistência social têm uma noção considerável sobre os esquemas de vida territorial, as informações gerais sobre o território e sua população, embora careçam estar mais conectados às formas de sociabilidade e conexões existentes na vida cotidiana da população.

Outro ponto importante levantado nesta categorização em relação aos percursos e mobilidades está relacionado à busca ativa como estratégia para percepção dos trajetos individuais e coletivos no território e também como possibilidade de amenizar as dificuldades de acesso da população aos direitos e serviços, contribuindo para que a assistência social chegue até os pontos com maior barreira de acesso.

Os trabalhadores dos serviços da proteção especial identificam que os ativos sociais, os serviços do território, possibilitam, além das parcerias, entender os circuitos feitos pela população em situação de violação de direitos. Os serviços de acolhimento para população em situação de rua contribuíram com a análise de que os percursos feitos por seus usuários são trajetos transitórios e cíclicos entre os mesmos lugares e serviços da cidade. Relacionam esse processo com a constante busca afirmativa pelo acesso à

cidadania e à cidade, mas que não se efetiva, por inúmeras mediações de exclusão e desigualdade.

Outro ponto suscitado é que alguns serviços detêm de pouca mobilidade e acessibilidade no território, o que configura serviços sem interconexão com as redes territoriais de vizinhança e comunidade, como é o caso apresentado pela Unidade de Acolhimento Institucional Pequeno Cidadão.

De modo geral, todos os serviços apresentam que a cidade e os territórios passam, na cena contemporânea, por um processo de reorganização territorial que ocorre, sobretudo, nos bairros mais novos de Curitiba, dada a expansão urbana crescente. Novas ocupações regulares e irregulares no solo das periferias dimensionam formas de mobilidades da população, às quais é preciso maior atenção, para entender suas dinâmicas e fluxos de trabalho, vida e sobrevivência.

Outro aspecto importante que emergiu no contexto dos trabalhos está relacionado ao diagnóstico socioterritorial, que aparece como um importante recurso, mas que por vezes está distante do solo mais próximo dos serviços, do território e da população. Os registros apontam que os diagnósticos socioterritoriais estão muito mais relacionados a macrorregiões, e que se mostram amplos e não refletem as especificidades das territorialidades. Sugestionam, como alternativa, a possibilidade da realização de diagnósticos microrregionais que possam detalhar as dinâmicas territoriais de cada serviço, de cada unidade de proteção social, sem a exclusão do diagnóstico maior que abrange as regiões da cidade.

Analisando o documento elaborado em 2014 percebemos que em sua totalidade os dados não correspondem à realidade específica de nosso bairro (Tatuquara), pois o diagnóstico era da Regional Pinheirinho como um todo, que englobava mais bairros além do nosso, e acabou não refletindo as especificidades territoriais devido à extensão demográfica. Seria necessário um diagnóstico microrregionalizado, detalhado para caracterização do território da área de abrangência (relato da equipe de trabalhadores do CRAS Laguna, agosto de 2015).

Esses apontamentos sinalizam a necessidade de maior proximidade, análise e sistematização dos dados sociodemográficos, das incidências de violação de direitos, vulnerabilidades a partir do solo onde as unidades estão

instaladas e desenvolvendo trabalho social, a fim de potencializar suas apreensões, análises territoriais e intervenções.

Relações de Poder

As relações de poder estão presentes no seio das relações sociais. Nos territórios, expressam-se de múltiplas formas, envolvendo diversos atores e instituições. No estudo à distância realizado pelos serviços de assistência social de Curitiba, foi possível apreender que os trabalhadores identificam, de modo nítido, algumas expressões de poder, autoritarismo e mando nos territórios.

Os serviços, tanto da proteção social básica como os da proteção social especial, relatam de modo unanime que os territórios passam na cena contemporânea pela mediação de poder do tráfico de drogas e suas ramificações, poder que interfere no modo de vida, nos acessos, percursos e mobilidades da população. Essa realidade expressa um campo de tensões emanadas pelo poder do tráfico de drogas, revelando sociabilidades truncadas, marcadas pelo medo, pela coação, insegurança, controle e outras tantas expressões que se reverberam em uma espécie de apatia social.

Os trabalhadores, em seus diferentes solos de atuação, identificam e reconhecem a articulação dos poderes ilícitos no controle da vida social nos territórios. Esse processo se revela até mesmo com a demarcação de zonas de acesso, de violência e restrição de mobilidade civil, que manifestam cotidianos de trabalho com marcas da insegurança, receio e tensão provocada pela ameaça constante, violência, pacto velado e silencioso de acordos operados sob a égide das forças ilícitas nos diferentes lugares.

É nítida a interferência, quanto a relação de poder do tráfico de drogas, que molda o agir, horários e rotinas dos moradores locais. [...] Com isso observa-se que estas influências podem impedir adesão de algumas pessoas à proposta do trabalho social. Exemplo: um grupo ou uma reunião à noite no CREAS, pode não ter adesão, pois há toque de recolher (relato da equipe de trabalhadores do CREAS | Regional CIC, agosto de 2015).

O tráfico de drogas traz um limite em relação à atuação e o trabalho, uma vez que ainda que não haja uma proibição expressa, há territórios onde não são feitas intervenções em determinados dias e horários. Além disso, o CREAS precisa lidar com a questão do abandono escolar dos adolescentes, pois estes passam a trabalhar como “aviãozinhos” e não aderem aos serviços da assistência social. Por outro lado há situações não toleradas pelo próprio tráfico como violência contra crianças e abuso sexual. Casos em que o trabalho é

bem aceito (relato da equipe de trabalhadores do CREAS | Regional Pinheirinho, agosto de 2015).

As relações presentes no território são dadas pelo tráfico de drogas dentre outros, gerando violência, mas ao mesmo tempo trazendo proteção aos que dele participam, assim como influenciam nas relações de pertencimento e identidade de grupo (parte de cima e parte de baixo). Da mesma forma, podemos falar das lideranças comunitárias e muitas vezes estão vinculadas ao tráfico e a violência, onde eles exercem sua autoridade e influência de domínio, força e proteção (relato da equipe de trabalhadores do CRAS Vila Torres, agosto de 2015).

Através desses registros, é possível perceber que a violência encampada pelas forças ilícitas do tráfico de drogas permeiam múltiplas mediações a serem enfrentadas no cotidiano da população e do trabalho social desenvolvido. A violência expressa uma cidadania parcelar, fraturada e atrofiada, que atinge, sobretudo, as populações mais pobres que não conseguem adquirir via mercado, as respostas às suas necessidades.

É possível identificar que as expressões da violência e dos crimes são compartilhadas na vivência cotidiana da população e dos trabalhadores, que transitam entre espaços legais e também entre espaços dominados por outras forças, não tão coadjuvantes. A ilegalidade se apresenta e se reafirma nos diferentes territórios de atuação dos serviços de assistência social.

A relação estabelecida entre o legal e ilegal, formal e informal, revela experiências cotidianas imbricadas na trama das relações e tensões dos lugares. Os sujeitos que vivem e trabalham em determinadas localidades conhecem bem os atores e as forças que imperam na mediação do território. Portanto, a relação entre legal e ilegal é vivenciada cotidianamente. Constrói-se na base de trocas e convivências, nas linhas porosas da ilegalidade. Movimenta-se sempre em cenários de incertezas, nas micro-cenas da vida cotidiana, nos arranjos e acordos estabelecidos para se viver no mesmo espaço.

Indivíduos e suas famílias transitam nessas tênues fronteiras do legal e do ilegal, sabem bem lidar com os códigos de ambos os lados e sabem também, ou sobretudo, lidar com as regras que são construídas para sobreviver na adversidade. [...] Mas, ao que parece, todos os moradores das periferias da cidade sabem muito bem o que isso quer dizer: saber transitar entre as fronteiras diversas, deter-se quando é preciso, avançar quando é possível, fazer bom uso da palavra certa no momento certo, calar-se quando é o caso. E, sobretudo, saber jogar com as diversas identidades que remetem a

esses diversos universos superpostos e embaralhados nas coisas da vida (TELLES, 2007, p.216).

São essas as tensões que o poder do tráfico de drogas e outras ilegalidades impingem na realidade dos territórios, confirmando sociabilidades de tensão entre a população, mas que vai se ajustando por uma inteligibilidade capaz de administrar suas relações e formas de vivências nesses cenários de conflito.

Já os trabalhadores da assistência social também vivenciam a tensão desses territórios, desenvolvendo suas práticas mediativas de proteção entre as finas linhas do legal e ilegal, tentando decodificar os códigos silenciosos do lugar, das forças e dos poderes presentes. Sinalizam esforços para compreensão dessa realidade à qual estão inseridos e buscam arquitetar formas de atuação que não colidam com os interesses reversos.

Outras mediações de poder levantadas pelas equipes correspondem às mediações em menor escala das igrejas católicas e evangélicas no território, que movimentam disputas quanto aos propósitos e objetivos na influência sobre a população, tendo sempre a figura de um líder comunitário, que polariza suas relações.

Há presença forte, em alguns territórios, de organizações da sociedade civil, que movimentam relações de poder sobre a população, o que muitas vezes colide com os interesses da política de assistência social e dos propósitos de direitos e proteção social. Da mesma forma, os serviços apontam que as lideranças comunitárias apresentam essa problemática, e que a situação pode ser agravada quando há o empoderamento desses líderes comunitários pelos agentes do Estado de diferentes áreas de políticas públicas.

A equipe do CRAS Vila Torres aponta em seus registros que também há de se considerar, na relação de forças presentes no território, certo autoritarismo institucional das políticas sociais, que não incluem a participação da população nas suas formulações e propostas. Assim, os agentes de regulação estatal reiteram práticas de poder na consecução do trabalho social.

Não se pode deixar de citar também, as relações de poder institucionalizadas, com relações verticalizadas, instituindo políticas públicas sem a participação da comunidade em suas formulações, transformando os Centros de Referências, sejam especializados ou não, em executores de atividades (preenchimento de Cadastro Único

num sistema fordista, sem retorno sobre os dados do território/diagnóstico; submissão do Poder Executivo ao Judiciário e aos Conselhos Tutelares por meio de inúmeras requisições de serviços, alterando o foco do serviço que a população busca na ponta; assistencialismo, tornando a população cada vez mais dependente e controlada) (relato da equipe de trabalhadores do CRAS Vila Torres, agosto de 2015).

Essa reflexão permite analisar que o poder institucionalizado dos serviços reitera lógicas conservadoras de ação da política pública e das formas de garantia de direitos, quando se sucumbe à pressão da quantidade de metas e cadastros a se cumprir, burocracias, fluxos institucionalizados de preenchimento de sistemas que se movimentam no cenário nacional, dado que a PNAS assume novas exigências e ferramentas de gestão necessárias à consolidação de acesso e distribuição de renda à população, mas que se apresentam estafantes aos trabalhadores pela forma como se materializam, pelas condições de trabalho em que se inserem, e colidem de certo modo com as expectativas do trabalho social.

Proteção Social

Os serviços apontam em suas considerações que a proteção social se opera de modo bastante contraditório, pois se materializa por meio das diferentes unidades estatais, serviços e equipamentos públicos no território, o que revela capilaridade da presença da regulação estatal nas expressões da questão social na cidade Curitiba. Assim, destacam-se nas respostas, a prevalência de ações das políticas de assistência social, saúde e educação, que atingem grande parte da população.

Porém, o nexos do contraditório estabelecido pela reflexão dos trabalhadores revela que essas políticas agem de modo isolado ou que pouco dialogam. Quando há uma interface, é a assistência social que fica com a responsabilidade de dinamizar e movimentar ações integrativas e intersetoriais, o que dimensiona aos trabalhadores que as demais políticas públicas não se co-responsabilizam, ou não têm interesse no diálogo e nas intervenções conjuntas inerentes ao trabalho social territorial.

Na esteira dessas análises, a equipe do Centro POP João Dorvalino Borba reflete que existem diversos serviços que compõem uma rede de

proteção social na cidade, mas que se assemelham à imagem de um jogo de mesa chamado de “*pinball*”, no qual existem diversas partes que se interligam em um tabuleiro, que servem de base e mote para o arremesso de uma pequena bola para determinados pontos, o que garante o sucesso e pontuação na partida, desde que a bola não caia em meio a um fosso. Nesse sentido, há pinos que recebem e impulsionam a bola de um lado para o outro, tal como revela a imagem e argumentação reflexiva abaixo:



Imagem 1: Mesa de Pinball - colhida na internet.

Atualmente os serviços de proteção social se assemelham muito ao mostrado nesta foto, sendo vários pinos articulados, onde o cidadão se coloca para acesso e é rebatido para outro serviço. Todos visam sua promoção, mas ainda trabalham na ótica de demandar para outro serviço/equipamento o atendimento social do cidadão. A articulação em rede efetiva possibilitaria a minimização destas dificuldades, coadunando as diversas políticas públicas (relato da equipe de trabalhadores do Centro POP João Dorvalino Borba, agosto de 2015).

A interconexão entre as políticas sociais do território se mostra como um desafio ao trabalho social, porém um ponto necessário ao enfrentamento das expressões da questão social e garantia efetiva da proteção e dos direitos sociais, para além do apoio dos encaminhamentos, que faz a população usuária “pingar” de um lado ao outro na busca pela resolutividade de suas necessidades sociais.

A operacionalização isolada das redes de proteção social as tornam insuficientes e parcelares nos territórios, com pouca efetividade de proteção territorial conjunta e intersetorial, que garanta o acesso, acolhida e permanência nos serviços, benefícios, programas e projetos.

No momento as práticas revelam um serviço **no** território e não **com** o território. O trabalho social ao nível dos vínculos territoriais somente será possível a partir do momento em que se consolidar uma rede de serviços assistenciais com outras políticas. Para efetivar um trabalho

interventivo e conectado com o pertencimento territorial, há necessidade de estabelecer uma territorialidade que extrapola os campos físicos e perpasse ao campo dos vínculos familiares e afetivos (relato da equipe de trabalhadores do Centro POP João Dorvalino Borba, agosto de 2015).

CONCLUSÃO

Compreender o território como categoria presente no real, e que contribuiu indubitavelmente para análise das situações e demandas por segurança social, possibilita que a assistência social seja e esteja conectada à centralidade dos sujeitos sociais. Em outras palavras, deve estar atenta e movimentar o intercâmbio do diálogo com usuários e trabalhadores que compõe o cenário da vida socioterritorial das cidades.

Através dos diálogos e estudos realizados com trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social da cidade de Curitiba, foi possível uma aproximação analítica com as realidades vivenciadas pelos diferentes serviços da proteção social básica e especial. Ao mesmo passo, também se edificou uma estratégia de formação continuada, que compõe o processo de educação permanente aos trabalhadores.

Há de se destacar o empenho das equipes de trabalho, tanto em nível de gestão como de operacionalização, de se aproximar dos territórios, da análise e identificação das mediações que compõe as diferentes territorialidades das nove regionais que compõem a cidade, visto que a história mostra que é preciso mergulhar com afinco nas minúcias da realidade socioassistencial, das formas e modos de como a população vive as opressões, violências, desproteção social em seus diferentes níveis e gradações, das necessidades que se fixam nos territórios e no cotidiano dos usuários desta política.

Um grande desafio que se impinge ao trabalho social são as forças políticas operadas pelo tráfico de drogas e outras ilegalidades, que marcam substancialmente o território e as formas de acesso, tanto da população aos serviços, como dos trabalhadores às áreas mais desprotegidas do território. Essas mediações entre as malhas do legal e do ilegal permeiam a convivência cotidiana nos diferentes territórios da cidade, impondo sociabilidades marcadas pelo medo, receio e tensão, movimentada pelas expressões da violência.

O trabalho social também requer condições materiais e objetivas para sua realização. Alguns pontos são importantes na análise dos trabalhadores para que exista a contínua qualificação e refinamento dos trabalhos sociais da assistência social, sendo necessário maior investimento em contratação de recursos humanos, suprimentos materiais e físicos para a execução dos trabalhos, que possam garantir a qualidade na oferta das seguranças socioassistenciais.

Alguns achados evidenciados ao longo das reflexões, estudos e trocas com os trabalhadores assinalam para a necessidade de mudanças na rígida lógica da instituição pública, no que diz respeito aos horários e modos administrativo-burocráticos imanentes à organização do Estado (em seus diferentes níveis), que impedem ações mais flexíveis em relação ao trabalho social.

A possibilidade de repensar os trâmites, fluxos e modos de fazer o trabalho social em seu formato rígido e institucional está afinada com o reconhecimento de que a proteção social do Estado necessita sair da lógica fechada do tempo, modo e espaços institucionais, para dar conta da realidade, que é múltipla e diversa. Apresenta-se e tenciona através das demandas e necessidades, às quais os modelos até então adotados na estrutura das políticas sociais se tornam insuficientes para sua efetiva intervenção.

Isso requer fortalecer o papel mediador do poder público nas áreas territoriais com a oferta de trabalhos que comportem a flexibilidade de horários e modos de fazer o planejamento e a execução do trabalho conjuntamente com a população.

A análise atenta da realidade e das necessidades impostas pelo tempo presente, na busca pela cidadania, permite que possamos desvelar esses processos e disparar algumas discussões, sobre como e de que modo se fará a travessia e a luta pela proteção social nos territórios no tempo da história que nos pertence, que se mostra tensionado pela contradição e pelo ataque aos direitos e a utopia da luta por uma sociedade justa e cidadã.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BATISTA, Fabio Domingos. **Curitiba e seus olhos**. Curitiba: Grifo, 2014.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, Brasília, nov. 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: 2009a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: 2009b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**: Trabalho Social com Famílias. Volume 2. Brasília: 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CapacitaSUAS Caderno 2. **Proteção de Assistência Social**: segurança de acesso a benefícios e serviços de qualidade. Brasília: 2013a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. Brasília, 2013b. 57p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social/Departamento de Proteção Social Básica. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília: 2013c.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Documento técnico-analítico concepção de território para a política nacional de assistência social**. Brasília: 2014.

CABANES, Robert (Org.). **Saídas de Emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CHAIU, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

DINIZ, Rodrigo. **Territórios, sociabilidades e Territorialidades**: o tecer dos fios na realidade dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera da Cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SOPSATI, Aldaíza. **Regulação Social tardia:** características das políticas latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 2002. Disponível em: <http://cmtuld.com.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/pdf/Regulacao_social_tardia_Aldaisa.pdf>. Acesso em: 25. jul. 2016.

SPOSATI, Aldaíza. KOGA, Dirce. **São Paulo:** Sentidos Territoriais e Políticas Sociais. São Paulo: SENAC, 2013.

TELLES, Vera Silva. **Nas tramas da cidade:** trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.